

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.601.635 - RS (2019/0307660-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **MATRIZ COMERCIO DE TEXTEIS LTDA.**  
**OUTRO NOME** : **LUCAS GAMBOGI RODRIGUES ME**  
**ADVOGADO** : **RAFAEL DE CASTRO VOLKMER - RS056168**  
**AGRAVADO** : **ITAU UNIBANCO S.A**  
**ADVOGADOS** : **HUMBERTO JARDIM MACHADO - RS009657**  
 : **LUIZ FERNANDO SCHERER PUCHULU - RS016972**  
 : **ARTUR ANSELMO DE SOUZA AMARAL - RS044449**  
**INTERES.** : **LUCAS GAMBOGI RODRIGUES**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA REVISIONAL. 1. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022, I E II, DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 2. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 7º, 9º, 10 E 400, I E II, DO CPC/2015. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial apresentado por **MATRIZ COMÉRCIO DE TÊXTEIS LTDA.**, com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Compulsando os autos, verifica-se que a agravante ingressou com ação ordinária revisional (e-STJ, fls. 1-20), tendo o Juízo de primeiro grau julgado parcialmente procedentes os pedidos (e-STJ, fls. 290-292).

Interpostas apelações pelos litigantes, o Tribunal de origem decidiu, por unanimidade, dar-lhes parcial provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 384-386):

**APELAÇÃO CÍVEL NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. OBJETO.**

- Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente nº 00701-8 agência 8875, com limite de R\$ 100.000,00;
- Cédula de Crédito Bancário Confissão de Dívida Garantida por Recebíveis da Girocomp Redecard
- Pré - Parcelas Iguais / Flex nº 522394022, datada de

20.05.2011, no valor de R\$ 108.560,00.

- Cédula de Crédito Bancário Abertura de Crédito em Conta Corrente (LIS PJ - Pré) nº 75758, agência 8875, datada de 29.10.2010, com limite de R\$ 27.000,00.

**APELO DO AUTOR**

**CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA. POSSIBILIDADE. CASO CONCRETO.** O benefício da assistência judiciária gratuita, em princípio, destina-se a pessoas físicas, conforme o art. 1º da Lei n. 1.060/50. Todavia, a pessoa jurídica pode fazer jus à AJG em casos excepcionais e se comprovada de forma inequívoca que a sua situação financeira autoriza a concessão do benefício.

No caso, a parte demandante apresentou a declaração de inatividade entregue à Receita Federal, comprovando, portanto, a situação excepcional que justifica a concessão do benefício.

No ponto, recurso provido.

**PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA.** No caso, não há falar em cerceamento de defesa em razão da ausência de intimação da apelante após a manifestação de fls. 189-218, pois dispensável para o julgamento da lide, já que os documentos juntados anteriormente esclarecem as questões de direito e as questões fáticas, estando adequando o julgamento proferido.

Ademais, a manifestação refere-se apenas a alteração social da parte autora para **MATRIZ COMÉRCIO DE TEXTÉIS LTDA.** e a juntada do instrumento de contrato social, documentos que não alteram para as partes a resolução da lide.

Quanto à aplicação da pena do art. 400, cumpre esclarecer que os documentos acostados são suficientes para demonstrar os dados contratuais, inclusive as taxas de juros de remuneratórios pactuados, não havendo falar em aplicabilidade do artigo supracitado.

Assim sendo, é de ser rejeitada preliminar suscitada de cerceamento de defesa.

**PEDIDO DE DESCONSTITUIÇÃO. COBRANÇA IOF.**

Postula a parte autora a desconstituição da sentença quanto ao pedido de cobrança de IOF, na medida em que tal requerimento não consta no pedido inicial.

Todavia, compulsando os autos, especificamente a petição inicial, verifica-se que foi postulado na peça inicial o afastamento do IOF financiado (fls. 17-18), portanto, corretamente analisada pelo juízo a quo.

No ponto, apelo desprovido.

**ANALISE DA INTEGRALIDADE DOS PEDIDOS.**

Sustenta o autor que a nulidade que ensejou a primeira desconstituição da sentença permanece nos autos, devendo esta ser novamente desconstituída. Sem razão.

Compulsando os autos, verifica-se que o juízo a quo rebateu todos os pedidos contidos na inicial, bem como apreciou todos os contratos.

No ponto, apelo desprovido.

**APELO DO RÉU**

**COMISSÃO DE PERMANÊNCIA.** Aplicação das Súmulas n. 30, n.

296 e n. 472 do Superior Tribunal de Justiça.

No caso, no contrato de empréstimo nº 522394022 e no contrato de abertura de crédito em conta corrente nº 75758 é cobrada a comissão de permanência cumulada com demais encargos, o que é inadmissível. Assim, no período de inadimplência, deve ser exigida a comissão de permanência e afastados os outros encargos moratórios.

Todavia, quanto ao contrato de cheque especial, conta nº 00701-8, diante da juntada apenas de extrato e, por conseguinte, da não comprovação da contratação do encargo, deve ser afastada a cobrança, conforme determinado na sentença.

No ponto, apelo parcialmente provido.

PREQUESTIONAMENTO. Em que pese a exigência de prequestionamento para fins de interposição recursal às Cortes Superiores, o órgão julgador não é obrigado a apontar expressamente eventual violação quanto aos dispositivos legais indicados pelas partes.

PRELIMINAR DE APELO REJEITADA

RECURSOS DE APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDOS

Apresentados embargos de declaração pela ora agravante, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 410-417).

Nas razões do recurso especial, fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, a recorrente alegou violação aos arts. 7º, 9º, 10, 400, I e II, e 1.022, I e II, do CPC/2015 (e-STJ, fls. 420-437).

Sustentou ter sido prejudicada pela inadequada fundamentação do aresto, pois o Tribunal local não foi claro em demonstrar os elementos de convicção, restringindo-se à reedição do fundamento da decisão monocrática e transcrição de ementas.

Asseverou que a decisão recorrida não está correta ao afirmar a inexistência de cerceamento de defesa, pois não houve intimação para manifestação das fls. 189-218, apresentadas pelo ora recorrido.

Relatou que a nulidade que ensejou a primeira desconstituição da sentença permaneceu nos autos, uma vez que não foram apresentados todos os contratos pela parte recorrida.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 448-450).

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial por ausência de violação ao art. 1.022 do CPC/2015 e em virtude da incidência das Súmulas n. 5

e 7/STJ (e-STJ, fls. 474-482).

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 484-497 (e-STJ), e não apresentada contraminuta, conforme certificado à fl. 498 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, no tocante à alegação de negativa de prestação jurisdicional, destaca-se que a parte ora recorrente limitou-se a defender genericamente a ocorrência de violação do art. 1.022, I e II, do CPC/2015, sem especificar concretamente sobre quais questões teria a Corte de origem incorrido nos vícios de omissão, contradição ou obscuridade, de maneira que se revela inadmissível o recurso especial no ponto, ante a deficiência em sua fundamentação, conforme jurisprudência consolidada na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada analogicamente pelo STJ.

Nesse sentido:

RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC/2015. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/15. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ALEGAÇÃO DE INFRINGÊNCIA À SÚMULA. IMPOSSIBILIDADE. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. CANCELAMENTO DA CDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 1022 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omisso, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1134984/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 06/03/2018)

Ademais, verifica-se que o Tribunal local, com base no conjunto fático-probatório, afastou a alegação de cerceamento de defesa, consignando (e-STJ, fl. 391):

CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEITADA.

No caso, não há falar em cerceamento de defesa em razão da ausência de intimação da apelante após a manifestação de fls. 189-218, pois dispensável para o julgamento da lide, já que os documentos juntados anteriormente esclarecem as questões de direito e as questões fáticas, estando adequando o julgamento proferido.

Ademais, a manifestação refere-se apenas a alteração social da parte autora para MATRIZ COMÉRCIO DE TEXTÉIS LTDA. e a juntada do instrumento de contrato social, documentos que não alteram para as partes a resolução da lide.

Assim, para infirmar a referida conclusão, seria necessário o reexame dos documentos dos autos, o que é obstado em recurso especial, ante o disposto na Súmula 7/STJ.

Relativamente à nulidade destacada nas razões do recurso especial, a Corte estadual concluiu (e-STJ, fls. 391-392):

Quanto à aplicação da pena do art. 400, cumpre esclarecer que os documentos acostados são suficientes para demonstrar os dados contratuais, inclusive as taxas de juros de remuneratórios pactuados, não havendo falar em aplicabilidade do artigo supracitado.

Assim sendo, é de ser rejeitada preliminar suscitada de cerceamento de defesa.

No ponto, preliminar rejeitada.

[...]

Sustenta o autor que a nulidade que ensejou a primeira desconstituição da sentença permanece nos autos, na medida em que não foram analisados todos os contratos, razão pela qual deve ser desconstituída novamente a sentença.

Sem razão.

Analisando detidamente os autos, verifica-se que todos os pedidos e todos os contratos foram analisados pelo juízo de origem.

Consta na sentença que o pedido revisional tem por objeto três contratos, quais sejam: Cédula de Crédito Bancário nº 522394022, Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente nº 75758-8 e nº 00701-8.

Logo, todos os contratos foram analisados.

Cumpre esclarecer que a sentença proferida em 15/10/2012 foi desconstituída por deixar de enfrentar o pedido de revisão de contrato com relação à conta corrente nº 00701-8, o que restou atendido na sentença ora recorrida.

No ponto, apelo desprovido.

Da análise do acórdão recorrido, constata-se que a questão suscitada foi decidida mediante acurada análise das provas carreadas aos autos, sendo que, para infirmar as conclusões do acórdão recorrido, seria imprescindível o reexame de provas, o que atrai a incidência da Súmula n. 7 do STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor

# *Superior Tribunal de Justiça*

do advogado da parte recorrida em R\$ 200,00 (duzentos reais), suspensa a exigibilidade em razão da gratuidade deferida à recorrente.

Publique-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator